

ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS DISCURSIVAS
DOS OFÍCIOS E DAS PORTARIAS
DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Katharine Silva de Oliveira Soares (UFC)
katharineso@yahoo.com.br

Emília Maria Peixoto Farias (UFC)
emiliapfarias@gmail.com

1. Considerações iniciais

A linguística histórica pode ser definida como uma área do saber cujo objeto de investigação é a descrição das características linguístico-textuais atestadas em documentos de diferentes sincronias, seja de uma língua ou de um grupo de línguas. Essas descrições são, principalmente, de natureza fonética, morfológica, sintáticas ou semânticas que, em espaço e tempo definidos marcam a história de uma comunidade linguística.

Dentro dessa perspectiva da linguística histórica, o presente artigo tem como tema o estudo das características discursivas dos ofícios e das portarias da Confederação do Equador, do ano de 1824, no Governo da Província do Ceará. Esse tema acha-se contemplado em uma das linhas de investigação do grupo de pesquisa TRADICE-Tradições Discursivas do Ceará, vinculado ao PHPB (Para a História do Português Brasileiro), que, ao ser fundado no Programa de Pós-Graduação em Linguística, em 2004, estabeleceu como meta desenvolver e abrigar projetos que ajudassem à reconstituição da história linguístico-social do Brasil, com ênfase na do Ceará, por meio da caracterização de diferentes práticas discursivas¹¹⁵ referentes aos diferentes períodos da história de nossa língua.

Estudar a história social de sincronias distantes por meio de manuscritos pode oferecer informações preciosas àqueles que se interessam pelas formas como a sociedade da época se fazia presente por meio de correspondência da esfera pública, oficial, ou privada. Os documentos encerrados na esfera da administração compreendem, dentre outros, re-

¹¹⁵ Por prática discursiva tomamos como definição àquela defendida por Kabatek (2004), qual seja, "Tradição Discursiva (TD) [é] a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição." Texto apresentado pelo autor no encontro PHPB em Itaparica, Bahia, setembro de 2004.

querimentos, representações, ofícios, alvarás e portarias.

Os documentos que serviram para a composição do *corpus* deste artigo pertencem ao Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), onde está reunido um rico patrimônio documental que serve como memória da identidade cearense. Para efeito deste estudo, tomamos como base a obra *A Confederação do Equador: manuscritos* (2004), que compõe o primeiro dos três códices contemporâneos a esse movimento. Trata-se do Registro Geral da Correspondência do Governo da Província do Ceará, Livro 6-B, 1824.

A escolha pelo tema justifica-se pelos seguintes motivos: (1) ter a chance de darmos continuidade à investigação do período monárquico no Brasil, por meio de documentos da província do Ceará devidamente editados e com temas reveladores de seus aspectos sócio-históricos e (2) tornar possível a descrição de práticas discursivas do português brasileiro característico desse período da língua portuguesa. Por meio da compreensão sócio-histórica manifesta na correspondência do Ceará Provincial com as demais províncias, através de ofícios e portarias, será possível desvelar aspectos da língua portuguesa no período que coincide com a Confederação do Equador.

De maneira breve, a Confederação do Equador caracterizou-se por ser de um movimento insurrecional, de cunho nativista-republicano que congregou em 1824, as províncias do nordeste situadas ao norte do Cabo de Santo Agostinho. São elas: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Resumidamente a coligação formada teve como causa imediata a dissolução da assembleia constituinte pelo imperador D. Pedro I. A insatisfação com o ato imperial fez com que Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e Pe. Gonçalo Inácio de Albuquerque Mororó passassem a ser nacionalmente reconhecidos como líderes deste movimento na província do Ceará.

2. *Da Confederação do Equador: breves notas*

Para entendermos os motivos que fizeram eclodir a Confederação do Equador, é necessário voltarmos no tempo até 1817, para a Revolução Pernambucana ou Revolução dos Padres, como também era conhecida, pois é lá que se encontram as bases da Confederação. Esse movimento revolucionário teve início em Pernambuco e lá foi liderado por Frei Caneca e Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que a 2 de julho deu início

ao movimento, quando proclamou no célebre manifesto, redigido por Frei Caneca, a Confederação do Equador, que congregou as províncias do nordeste situadas ao norte do Cabo de Santo Agostinho.

O caráter revolucionário da Confederação do Equador refletia a rivalidade entre brasileiros e portugueses, que tinha como base o temor por parte da nação brasileira em se tornar novamente colônia de Portugal. Os revolucionários defendiam a república, e durante o Governo provisório da Confederação, em todas as províncias participantes, os portugueses foram obrigados a deixar seus cargos públicos, a não ser, aqueles que jurassem fidelidade ao movimento.

3. *Das características dos ofícios e das portarias*

Segundo Bellotto (2002, p. 28) a configuração de um documento resulta da natureza e disposição das informações nele contidas. A espécie documental diplomática obedece a fórmulas, cuja convenção é normatizada pelo direito administrativo ou notarial. Os ofícios e as portarias configuram-se como documentos da administração pública da qual fazem parte também: requerimentos, alvarás, cartas régias para citar alguns. Gonçalves Barbosa (2002, p. 427).

Bellotto (2002, p. 28-29) classifica os documentos públicos e os notariais em: dispositivos, testemunhais e informativos. Os dispositivos caracterizam-se por serem documentos normativos que se enquadram como manifestações de vontade de autoridades que devem ser acatadas por subordinados. Nessa categoria incluem-se: alvarás, intimações, circulares, exposições de motivos, avisos, editais, portarias e memorandos. Os documentos testemunhais são expedidos depois do cumprimento de um ato dispositivo e podem ser exemplificados por: atas, termos, apostilas, auto de infração, dentre outros. Os documentos informativos por sua vez, constituem documentos opinativo-enunciativos que esclarecem questões relativas a outros documentos. Nesta categoria incluem-se: ofícios e relatórios, para citar alguns. Neste trabalho analisaremos dois tipos documentais: ofícios que são documentos não diplomáticos e informativos e portarias que são documentos diplomáticos e dispositivos.

Iniciaremos nossa discussão com as definições de ofício e portaria apresentadas em Bellotto (2002). A autora define ofícios como:

Documentos não diplomáticos, informativo. Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos

e autoridades, entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares, em caráter oficial [...]. Embora não seja um documento diplomático, o *ofício* tem sua redação mais ou menos padronizada. Suas partes componentes são: o título abreviado – *of.*, seguido da sigla do órgão expedidor e do número do ofício. Depois vêm as datas *tópica e cronológica*. Em seguida, a *direção* e o vocativo *Senhor*. Por último, o *texto* propriamente dito, antecedendo o fecho de cortesia e a *assinatura do emitente*. (BELLOTTO, 2002, p. 76-77)

Por outro lado, as portarias são reconhecidamente documentos diplomáticos, dispositivos de correspondência descendente. Ainda em linha com a autora, as portarias possuem conformação padronizada e suas partes integrantes podem ser assim descritas: “*Protocolo inicial: PORTARIA*, número, data (aqui ou no protocolo final), titulação. *Texto*: exposição, dispositivo. *Protocolo final*: subscrição e data (se não no início).” (BELLOTTO, 2002, p. 79-80)

4. *Dos procedimentos metodológicos*

4.1. *Da constituição do corpus*

O *corpus* para este artigo foi constituído de 233 documentos extraídos da obra *A Confederação do Equador no Ceará*: manuscritos (2004), que reúne 188 ofícios, 45 portarias, 07 participações, 05 circulares, 02 editais e 02 documentos sem identificação. Por critério quantitativo, interessou-nos investigar apenas os ofícios e as portarias. Esses tipos documentais pertencem à correspondência oficial do governo da Província do Ceará e datam do ano de 1824. São todos manuscritos pertencentes ao APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará) e a obra anteriormente referida é uma publicação conjunta da Secretaria do Estado do Ceará e do APEC.

4.2. *Da edição do corpus*

O *corpus* composto pelos ofícios e pelas portarias é parte das correspondências oficiais do Governo do Ceará que compõem o Livro 6-B. Data: 1824. Esses documentos encontram-se no Registro Geral da Correspondência do Governo da Província do Ceará.

A edição paleográfica feita pelo Professor André Frota de Oliveira seguiu as normas reformuladas no II Encontro de Paleografia, as quais reproduzimos a seguir:

1. as abreviaturas foram mantidas conforme original;

2. a mudança de páginas no original é indicada pelo número respectivo, inserido entre colchetes e em negrito;
3. as palavras não legíveis recebem intervenção do editor com o pontilhado indicando supressão de uma ou mais palavras devido à corrosão ou deterioração do documento. As palavras de difícil compreensão foram transcritas seguidas de interrogação e entre colchetes;
4. nos enganos, omissões, truncamentos, repetições, que comprometerem a compreensão do texto, usa-se a palavra latina *SIC* entre colchetes;
5. o início do Códice apresenta uma nota prévia do transcritor, fornecendo uma ideia geral sobre o assunto.

Ao final do códice há uma série de notas atinentes ao texto. Foi conservada, na íntegra, a ortografia de época. (A Confederação do Equador no Ceará, 2004, p. 25-26).

4.3. Dos aspectos sócio-históricos dos documentos

A correspondência do Governo Provincial do Ceará com outras províncias do país revela um contínuo de atos tornados públicos e cumpridos por meio de ofícios e portarias oficiais entre membros integrantes do alto escalão das províncias, fossem eles civis, militares ou pertencentes ao clero. Nesses documentos acham-se registradas informações importantes sobre como o governo provisório instalado no Ceará na primeira metade do século XIX. Os ofícios e as portarias trazem registros de nomeações, pedidos de provimentos e até ordens de prisões. Vale ressaltar que havia por parte dos revolucionários a preocupação em documentar e tornar públicos todos os atos do novo governo.

4.4. Da caracterização dos sujeitos

As informações referentes aos sujeitos arrolados nos documentos foram discriminadas a partir de seus nomes, cargos e funções registrados nos documentos objeto deste artigo. Esses dados foram arquivados em fichas como a que reproduzimos abaixo:

1	Nome do destinatário	
2	Ofício ou cargo do destinatário	
3	Motivo do ofício ou da portaria	
4	Nome do sujeito citado no ofício ou na portaria	
5	Nome do emissor	
6	Função, ofício ou cargo do emissor	

Quadro 1 – Identificação dos sujeitos

4.5. Da estrutura discursiva dos ofícios e das portarias

Os gêneros “ofício” e “portaria” guardam semelhanças muito próximas, porém, para a descrição de suas estruturas discursivas, as partes que as integram merecem ser descritas detalhadamente. Adiantamos que em neste trabalho as estruturas encontradas nesses documentos guardam semelhanças com os modelos descritos em Bellotto (2002), conforme discutiremos posteriormente. Vejamos os quadros a seguir.

1. Protocolo inicial	1.1. Data cronológica
	1.2. Identificação do documento
	1.3. Direção ou endereço
	1.4. Assunto
2. Texto	2.1. Ato a ser enunciado
3. Protocolo final	3.1. Saudação ¹¹⁶
	3.2. Local do remetente
	3.3. Data tópica e cronológica
	3.4. Remetente
	3.5. Cargo do remetente

**Quadro 2 – Estrutura discursiva dos ofícios.
Adaptado de Bellotto (2002; 2004)**

1. Protocolo inicial	1.1. Data cronológica
	1.2. Identificação do documento
	1.3. Direção ou endereço
	1.4. Assunto
2. Texto	2.1. Ato a ser executado
3. Protocolo final	3.1. Local do remetente
	3.2. Data tópica e cronológica
	3.3. Remetente
	3.4. Cargo do remetente

**Quadro 3 – Estrutura discursiva das portarias.
Adaptado de Bellotto (2002; 2004)**

4.6. Das fórmulas linguísticas dos ofícios e das portarias

As fórmulas linguísticas utilizadas nos atos registrados nos ofícios e nas portarias podem ser classificadas quanto à:

1. pertinência pragmática

¹¹⁶ Na estrutura discursiva das portarias não há saudação.

2. pertinência temática (MACIEL, 2001, p. 275-284)

No grupo das fórmulas linguísticas de pertinência pragmática estão: fórmulas de identificação de tempo, local, abertura e fechamento dos documentos:

No grupo das fórmulas de pertinência temática as construções linguísticas podem ser categorizadas conforme ato a ser enunciado, característica dos ofícios, ou ato a ser executado, característica das portarias.

Maio 4
Officio dirigido a Miguel Torquato de Bulhões
Com.^{de} Geral da Villa do Jardim

Para pacificação dos Povos convulços nessa villa e termo fazse necessario mudar de Commandante Geral da mesma por isso nomeio a Antonio da Crús Neves p.^a exercer dito Emprego a quem VS. entregará d. comando e todas as ordens que lhe tem sido dirigidas. = Deos Guarde a VS. Palacio do Gov.^o do Ceará 4 de Maio de 1824. 3^o da Independencia e do Imperio. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe = Presidente.

Quadro 4 – Estrutura formal de ofícios

Fonte: A Confederação do Equador no Ceará: Manuscritos (2004, p.41)

Maio 1^o
Portar.^a dirigida ao Ten.^c Cor.^{el}
Fran.^{co} Barouzo de Souza
Cordeiro para prender ao P.^c Antonio
Beleza na V.^a da Uruburetama

O Snr^o Tenente Coronel Fran.^{co} Barouzo de Souza Cordeiro a bem do serv.^{co} Nacional, faça expidir as Ordens necessárias para que seja inmiadiatam.^e prezo o Padre Antonio Beleza, que se acha na Serra da Uruburetama sendo remetido a esta capital debaixo de todas a mididas de cautella o ditto Snr^o Ten.^c Cor.^{el} o tenha assim entendido e faça executar = Palacio do Governo do Ceará o 1^o de Maio de 1824. 3^o da Indep.^{ca} e Liberdade do Brazil = Araripe = Presidente.

Quadro 5 – Estrutura formal das portarias

Fonte: A Confederação do Equador no Ceará: Manuscritos (2004, p.38)

5. *Análise e discussão dos resultados*

5.1. Da caracterização dos sujeitos

Nos ofícios e nas portarias analisados, os sujeitos emissores dos

documentos são sempre Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, presidente do governo da Província do Ceará e Padre Gonçalo Inácio de Albuquerque Mororó, então secretário do governo provisório.

Os destinatários individuais ou coletivos são geralmente autoridades militares ou civis e instituições. Dentre as autoridades militares observa-se o grande volume de correspondências dirigidas aos vários comandantes e capitães. Para citar alguns destacamos: comandante geral, comandante de batalhão, comandante de ordenanças, comandante geral dos presídios, comandantes de polícia, capitães mores, capitães de ordenanças, capitães comandantes, capitães de guerrilha, sargentos de ordenanças, sargentos mores, alferes de ordenanças, tenentes coronéis, tenentes de batalhão e intendentes da marinha. Dentre os destinatários civis incluímos os juízes de fora, juízes ordinários, escrivães, agentes do correio e administradores gerais dos correios.

Dentre os destinatários coletivos, aí incluídas as instituições, podemos citar as câmaras das vilas, as juntas de comissão de melhoramentos, as juntas de comissão das cidades e a junta da fazenda nacional.

5.2. Da estrutura discursiva dos ofícios e das portarias

A análise dos documentos diplomáticos e não diplomáticos, portarias e ofícios, respectivamente, revelou que estes obedecem, em grande medida, ao padrão estabelecido por Bellotto (2002). Os dois gêneros textuais são muito semelhantes em suas estruturas e apresentam os seguintes seguimentos: *protocolo inicial* (composto por data cronológica, identificação do documento, direção ou endereço e assunto, no caso da portaria); *texto* (cada gênero cumpre funções diferentes); *protocolo final* (composto de data tópica, data cronológica, remetente e cargo do remetente).

No modelo padrão estabelecido por Bellotto (2002), a data tópica aparece no topo documento. Nos documentos analisados esse local é ocupado pela data cronológica. A data tópica só aparecerá no protocolo final, juntamente com a data cronológica que se repete.

Apesar das muitas semelhanças encontradas entre documentos diplomáticos e não diplomáticos (ofícios e portarias), há diferenças que merecem ser destacadas. Em sua estrutura discursiva as portarias sempre apresentam em seu *texto* um ato a ser executado, Já os ofícios apresentam no *texto* um ato a ser enunciado.

No *protocolo final*, nas portarias não há presença de saudação, enquanto que nos ofícios a saudação está sempre no início deste segmento.

5.3. Das fórmulas linguísticas dos ofícios e das portarias: pertinência temática e pertinência pragmática

Para discutirmos as fórmulas linguísticas registradas nos ofícios e nas portarias, faz-se necessário a categorização em dois grupos: 1) as de pertinência temática e 2) as de pertinência pragmática. No primeiro grupo, as fórmulas linguísticas integram o *protocolo inicial*, o *texto* e o *protocolo final*.

Pertinência Temática			
		Ofícios	Portarias
Protocolo Inicial	assunto	(...) <i>pedindo=lhe Armamento.</i> (Ofício; abril 30, p. 35)	(...) <i>p.^a mandar vir de Bordo os prezos do Estado João Facundes de Castro e Joaq.^m J.^c Barboz.^a.</i> (Portaria; maio 5, p. 55)
Texto	ato a ser enunciado /ato a ser executado	(...) <i>nomeio a Antonio da Crús Neves p.^a exercer dito Emprego a quem VS. entregará d.^o comando e todas as Ordens que lhe tem sido dirigidas.</i> (Ofício; maio 4, p. 41)	(...) <i>o tenha assim entendido e faça executar.</i> (Portaria; abril 30, p. 41)
Protocolo Final	saudação	(...) <i>Deos guarde a VEx.^a.</i> (Ofício; maio 18, p. 96)	

Quadro 6 – Fórmulas linguísticas de pertinência temática em segmentos discursivos de ofício e portarias

No *protocolo inicial*, as fórmulas linguísticas de pertinência temática acham-se no segmento assunto. No *texto*, dentro dos segmentos ato a ser executado ou ato a ser enunciado e no *protocolo final*, dentro do segmento saudação.

Pertinência Pragmática			
		Ofícios	Portarias
Protocolo Inicial	direção ou endereço	(...) <i>Maior 8 Officio dirigido ao Com.^{de} da Villa Velha.</i> (Ofício; maio 8, p. 62)	(...) <i>Portaria ao Tem.e Vitoriano Alz' de Souza Em que lhe ordena marxe p.^a a V.^a do Icó.</i> (Portaria; maio 12, p. 76)
Protocolo Final	local do remetente e	(...) <i>Palacio do Governo do Ceará 29</i>	(...) <i>Palacio do Governo do Ceará digo Palacio do Governo da Cidade</i>

datas tópica e cronológica	de maio de 1824.(Ofício; maio 29, p. 130)	de de Fortaleza, 22 de maio de 1824. (Portaria; maio 22, p. 114)
----------------------------------	---	--

Quadro 7 – Fórmulas linguísticas de pertinência pragmática em segmentos discursivos de ofício e portarias.

Já no grupo categorizado como pertinência pragmática, acham-se as fórmulas linguísticas relativas à identificação de tempo e local, à abertura e ao fechamento dos documentos. A identificação do tempo é feita dentro dos *protocolos inicial e final*, por meio de datas cronológicas e tópicas que estão presentes em todos os documentos.

A determinação de local varia, pois este pode se encontrado tanto no *protocolo inicial* quanto no *protocolo final*. No *protocolo inicial* localiza-se no segmento direção ou endereço.

No *protocolo final*, as fórmulas acham-se no segmento local do remetente e datas tópica e cronológica.

6. Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo analisar as estruturas discursivas dos ofícios e das portarias do movimento revolucionário denominado Confederação do Equador ocorrido no ano de 1824. Nossa hipótese era a de que os dois gêneros textuais guardavam entre si semelhanças quase idênticas.

Após as análises do 233 documentos, foi-nos possível confirmar nossa hipótese, qual seja, os ofícios e as portarias da Confederação do Equador guardam estruturas discursivas muito semelhantes, mesmo em se tratando de gêneros textuais distintos.

Finalmente, destacamos o valor de se trabalhar com documentos históricos, eles nos fazem aprender cada vez mais sobre nossa própria história, já que a partir do conhecimento do que fomos no passado podemos justificar o presente e traçar o caminho para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Confederação do Equador no Ceará: Manuscritos. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2004, v. 1.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise*

se tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

_____. *Arquivos permanentes. Tratamento documental*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O contexto dos textos coloniais. In: ALKIMIN, T. M. (Org.) *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas/USP. Novos Estudos, 2002, vol. III, p. 421-431.

KABATEK, Johannes. *Tradições discursivas e a mudança linguística*. Bahia, 2004. Disponível em: <www.kabatek.de/discurso>. Acesso em: 24 mai. 2011.

_____. Sobre a historicidade dos textos. *Linha d'Água*, n. 17, p. 159-170, abr. 2005a.

MACIEL, Ana Maria Becker. Pertinência pragmática e nomenclatura de um dicionário terminológico. In: KRIEGER, M. G. MACIEL, A. M. B. (Orgs.). *Temas de terminologia*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS; São Paulo: Humanitas/USP, 2001, p. 275-284.

XIMENES, Expedito Eloísio. *Autos de querella e denúncia: edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos*. Fortaleza: LC, 2006.